

HABEAS CORPUS Nº 561.172 - SC (2020/0033060-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ANA PAULA BERLATTO FÃO FISCHER - RS079176
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : PATRICK RAFAEL DA SILVA NUNES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PATRICK RAFAEL DA SILVA NUNES, no qual aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no julgamento do HC n. 5009030-67.2019.8.24.0000.

Noticiam os autos que o paciente se encontra preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fl. 83).

Aduz a impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto de segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário e de bons antecedentes, predados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade até o julgamento final deste *writ* e, no mérito, a concessão da ordem para que seja declarada a nulidade do acórdão guerreado por ausência de fundamentação concreta, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ fls. 124-127).

As informações encontram-se às e-STJ fls. 133-176 e 182-186.

Em parecer (e-STJ fls. 188-193), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

Consoante informações (e-STJ fl. 184), na Ação Penal n. 5007394-35.2019.8.24.0075, a segregação cautelar foi revogada, tendo sido concedida liberdade provisória ao paciente.

Desse modo, constata-se a perda de objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, julga-se prejudicado o presente *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator